

Greve avança, mas Governo dá “tempo que a UGT pediu” para negociações

Rosário Palma Ramalho critica a greve geral, mas garante que vai dar mais tempo à UGT para apreciar o anteprojeto, além do próximo dia 11 de dezembro, sem definir prazos. Ministra sublinha que “não tem qualquer imobilismo”, mas não revela em que pontos se

Jornal de Negócios 20 Nov 2025 CATARINA ALMEIDA PEREIRA catarinapereira@negocios.pt Secretário-geral da UGT João Cortesão



Rosário Palma Ramalho classificou a greve geral como “grave”.

No final de uma reunião de duas horas que o secretário-geral da UGT considerou que “correu bem” apesar da marcação da greve, o Governo garantiu que vai dar à UGT o tempo para as sobre as alterações ao Código do Trabalho pedido pela central sindical liderada por Mário Mourão.

“A UGT pediu-nos mais tempo para analisar o projeto e para analisar as propostas de alteração do mesmo que foram apresentadas agora mais recentemente. E a UGT é um parceiro muito forte do Governo. Não temos qualquer razão para recusar, apesar de o clima ser o de aproximação de uma greve”, disse a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, em declarações aos jornalistas.

Assim, “vamos dar à UGT o tempo que ela pediu e depois recomeçaremos”, disse, referindo que se a greve não for desconvocada não haverá afinal reunião de concertação social na véspera, no dia 10 de dezembro. Quanto ao prazo para negociações e apresentação da proposta ao Parlamento, que Mário Mourão já disse que temia que fosse apresentada logo a seguir ao orçamento, “não nos comprometemos com prazo nenhum, será o adequado”.

“As negociações têm o seu tempo e, portanto, o futuro dirá se será possível chegarmos a um acordo. O que lhe posso dizer é que o Governo naturalmente todo fará e neste momento está a fazer num ambiente que na verdade se pode encarar como quase de rutura de negociações”, disse a ministra. “O Governo não tem qualquer imobilismo neste processo”, afirmou, sem querer

“O Governo não tem qualquer imobilismo neste processo. MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO Ministra do Trabalho

revelar que pontos foram acordados entre as partes e reiterando o que sempre ter dito, que em todo o caso a negociação “não se eternizará”.

“Tem de haver tempo para esta discussão e o Governo também se dispôs a dar esse tempo. MÁRIO MOURÃO Antes, o secretário-geral da UGT tinha dado a entender que o Governo mostrou abertura tanto em termos de processo como de alteração de medidas, mas também recusou dizer quais. A reintrodução do banco de horas individual, a possibilidade de ‘outsourcing’ logo a seguir a um despedimento, a generalização da não reintegração após um despedimento ilícito e o aumento da duração dos contratos a prazo estão entre as medidas mais contestadas pela UGT.

“Encontrámos da parte do Governo de maior abertura, portanto é bom”, embora não tenha sido colocado em cima da mesa um novo documento. “Já identificámos algumas questões [nas propostas mais recentes] que achámos que não são do nosso ponto de vista, aquelas que melhor respondem às contribuições que a UGT deu para melhorar o documento. Tem de haver tempo para esta discussão e o Governo também se dispôs a dar esse tempo”, disse Mário Mourão.

“Há muita pedra para partir, mesmo. E pedra dura”, referiu, sem excluir um entendimento depois da greve geral. “Eu não falo em acordos, os acordos só depois de chegarmos ao final desta discussão. E os acordos não sou eu a admiti-lo, quem admite são os órgãos da UGT. Agora, há disponibilidade para continuar a trabalhar, ninguém deve abandonar as negociações”. O objetivo, precisou, é trabalhar no sentido de garantir que a proposta a entrar no Parlamento “é outra”. Quando? “Quando as partes decidirem que chegaram ao último artigo e que estão em condições ou de fazer um acordo ou de não fazer”. “Não será [logo] a seguir ao orçamento”.

Embora tenha dito que respeita o “direito fundamental” à greve, Rosário Palma Ramalho não deixou de criticar a iniciativa que juntará, pela primeira vez desde 2013, as duas centrais sindicais. “Os grandes prejudicados são efetivamente os trabalhadores que querem ir trabalhar, as famílias, as crianças, os doentes”, acusou. “O Governo considera que isto é efetivamente grave. Isto dito, como já disse há pouco, o dossiê é suficientemente importante para que continuemos a negociar, ainda que neste contexto e para além da greve”.

■